

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO CONTEXTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Amanda de Oliveira Pereira (Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, UFRJ. Email: amanda.op12@gmail.com)

Paulo Henrique Oliveira de Mesquita (Instituto de Biologia, UFRJ. Email: paulomesquita.bio@gmail.com)

Cláudia L. Piccinini (Faculdade de Educação, UFRJ. Email: clpiccinini@gmail.com)

Resumo:

A partir da década de 90 uma das discussões que começam a permear o campo das políticas educacionais no Brasil foi a maior participação do setor privado na educação, quando é disseminada amplamente a ideia de “empresa-cidadã”, voltada à concepção de “responsabilidade social”, onde se transferem funções e responsabilidades do Estado para a comunidade. Alterações na legislação do período permitiram um cenário favorável para que empresas entrassem nos espaços escolares, com políticas que diziam contribuir para uma educação de “qualidade”, através de parcerias público-privadas. Neste trabalho, consideramos imprescindível a discussão sobre quais são os interesses que empresas que investem nessas parcerias têm em relação a educação pública. Para responder a essa questão, partimos da análise documental para mapear os programas e projetos da Fundação Itaú Social, compreender seus objetivos educacionais e indicar as instituições parceiras. Selecionamos dentre os vários programas aquele que diz se articular com a educação integral, em parceria com escolas públicas, o Prêmio Itaú-Unicef. Discutimos como a Fundação consegue introduzir-se na esfera educacional, mapeando o seu campo de atuação, levantando os diferentes tipos de estratégias educacionais. Concluímos que há defesa da descentralização da atuação do Estado na gestão escolar pública (gestão em rede), reconceitualização do que se entende como gestão escolar, desvalorização docente, incoerência entre o que se chama de prioridade para os programas e o que é de fato alcançado pelo Prêmio Itaú-Unicef.

Palavras-chave: educação pública; empresariamento da educação; parcerias.

Abstract:

From the 90s onwards, one of the discussions that began to permeate the field of educational policies in Brazil was the greater participation of the private sector in education, when the idea of "corporate citizenship" was widely disseminated, focused on the concept of "social responsibility" Where roles and responsibilities of the state are transferred to the community. Changes in the legislation of the period allowed a favorable scenario for companies to enter school spaces, with policies that claimed to contribute to "quality" education through public-private partnerships. In this work, we consider it essential to discuss what are the interests that companies that invest in these partnerships have in relation to public education. To answer this question, we start with the documentary analysis to map the programs and projects of Fundação Itaú Social, understand its educational objectives and indicate the partner institutions. We selected among the various programs the one that says to articulate with integral

education, in partnership with public schools, the Itaú-Unicef Prize. We discussed how the Foundation can introduce itself to the educational sphere, mapping its field of action, raising the different types of educational strategies. We conclude that there is a defense of the decentralization of State action in public school management (network management), reconceptualization of what is understood as school management, teacher devaluation, incoherence between what is called a priority for programs and what is actually achieved by the Itaú-Unicef Prize

Keyword: Public education; education management; partnerships.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 90 uma das discussões que começaram a permear o campo das políticas públicas educacionais no Brasil foi a da participação do setor privado nos espaços escolares. No Brasil, atesta-se o crescimento do setor privado como parceiro da educação pública pela ampliação de contratos e convênios para a educação básica, isto é, contratos de parceria entre estados e municípios brasileiros com instituições privadas ditas sem fins lucrativos, como indicam inúmeras pesquisas recentemente desenvolvidas (ADRIÃO *et al.*, 2009; 2012; BORGHI *et al.*, 2011; PERONI, 2012; 2013.).

A atuação de empresas e grupos empresariais na educação tem início durante a conjuntura política de avanço do liberalismo brasileiro, comandado por Fernando Henrique Cardoso, quando passou a ser disseminada com mais força a ideia de “empresa-cidadã”, voltada à concepção de “responsabilidade social”, em que se transferem funções e responsabilidades do aparelho do Estado para a comunidade (CESAR, 2008), com a intenção de esvaziamento da responsabilidade estatal sob áreas ditas sociais, assim como em áreas economicamente estratégicas. Tal concepção (ideologia) deslança a partir de reformas e da implementação dessa série de políticas públicas, sendo um dos marcos das reformas políticas de regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPP), a criação da Lei Federal 9.637 de 1998 a qual dispõe sobre a regulamentação de organizações sociais (OS), em que o Estado transfere serviços e responsabilidades para uma associação privada, dita fins lucrativos, que ao receber subsídios estatais, incluídas isenções fiscais e subvenção direta, se responsabiliza pela prestação de serviços.

Disposições legais como as Leis Federais 9.790 de 1999 e 11.079 de 2004, permitiram um cenário favorável para que grandes empresas entrassem, por exemplo,

nos espaços escolares¹, com políticas que dizem contribuir para uma educação de “qualidade”. Essas leis abriram a possibilidade de ampliação de PPP, que segundo Bezerra (2008, p.18), “implicam na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade”, isto é, amplia-se a articulação entre Estado e empresas.

Essas PPP representam na aparência uma alternativa para o sistema educacional, indo além do financiamento público, e fazendo com que seja oferecido um outro modelo de educação, de instrução, dependente de investimentos do capital privado, assim como a difusão ideológica da classe no poder. Então, é imprescindível a discussão sobre quais são os interesses que essas empresas que investem nas parcerias têm em relação a educação pública. Somado a isso, nos perguntamos: os investimentos privados podem incentivar um conflito de interesses entre o caráter privado e o caráter público, em relação às finalidades da educação e em relação às finalidades do ensino, como construção do conhecimento? E ainda, tais parcerias não resultarão na perda do caráter público da educação?

Tal aproximação (entre empresas e escolas) têm permitido a formulação de programas que, por exemplo, atribuem à iniciativa privada a administração de escolas públicas ou a coordenação de projetos de ensino na educação básica. O discurso imputa ao setor privado a possibilidade de “melhoria” da escola pública (ADRIÃO, GARCIA, 2014). É notada a ampliação da descentralização e da gestão privada da educação pública, sob a justificativa de que o Estado não demonstra mais ter a capacidade de atender aos interesses públicos para uma educação de qualidade.

A reconceitualização do caráter público da educação com a descentralização da gestão da mesma, acaba por se tornar um face das formas de privatização, com uma nova gestão da escola, atendendo a interesses do mercado, com formas de financiamento, regulação e administração diferentes daquelas estabelecidas na gestão estatal (KRAWCZYK,2005).

Dessa forma, a reestruturação mundial dos sistemas de ensino e educacionais faz parte de uma ofensiva ideológica e política do capital neoliberal (HILL, 2003). Consideramos indispensável discutir quais os reais objetivos que levam empresas

¹ Interessa a esta pesquisa a área educacional, entretanto, as PPPs estão presentes em diversas outras áreas, como: cultura, saúde, lazer, esporte, assistência etc.

privadas, em muitos casos, associadas a bancos, a buscarem participação em outro setor (serviços), a educação pública, pois não podemos desconsiderar a existência de possíveis conflitos de interesses sobre a finalidade destas parcerias. A partir dessa premissa, é de interesse da pesquisa entender quais são as estratégias empresariais usadas nas parcerias, em especial as ações junto às comunidades escolares.

METODOLOGIA

A partir do mapeamento realizado nos estudos de Neves e Piccinini (2018)², que estudaram o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular e as fundações interessadas na reforma curricular da educação básica, selecionamos o grupo ITAÚSA para este trabalho. O grupo foi selecionado por possuir cinco fundações associadas, são elas: Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco, Itaú Cultural, Instituto Guga Kuerten e Espaço Itaú de Cinema. Dentre as fundações citadas apenas duas têm foco direto no campo educacional, são a Fundação Itaú Social e Instituto Unibanco. Para a viabilidade do estudo foi escolhida apenas a Fundação Itaú Social, pois é a que mais possui programas educacionais envolvidos com escolas.

Através de pesquisa documental, basicamente com buscas no site da instituição, conhecemos a Fundação Itaú Social, mapeando seus projetos e programas que disponibiliza para as instituições de ensino e tabulamos com quais instituições a Fundação atua: igrejas, ONGs, escolas públicas etc. Com esses dados, selecionamos um de seus principais programas, o “Prêmio Itaú Unicef”, pois é o que mais se articula com uma ideia de educação integral.

Para tanto pesquisamos o conceito de educação integral. Para o MEC a educação integral é hoje um campo em que cabem diferentes definições. Mas o próprio MEC se ocupa em defini-la (2009, p.9):

“Educação Integral que intensifique os processos de territorialização das políticas sociais, articuladas a partir dos espaços escolares, por meio do diálogo intragovernamental e com as comunidades locais, para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito de todos e de cada um”.

Dentre as parcerias do Prêmio foi feito o levantamento das instituições participantes no município do Rio de Janeiro, para o ano de 2017. Através das análises

² O artigo sintetiza a pesquisa “Políticas Públicas de Educação: a Base Nacional Comum Curricular e as disputas ideológicas pelos sentidos da educação”, desenvolvido no GT Trabalho e Formação de Professores do COLEMARX, em parceria com o Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz.

dos dados documentais, buscamos fazer a reflexão sobre os reais propósitos das relações Público-Privadas em contexto escolar, a fim de percebermos quais as concepções de educação a Fundação possui, e quais as reais intenções da Fundação Itaú Social para a educação pública do país.

APRESENTANDO A FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL

A partir da análise das apresentações contidas no site da Fundação Itaú Social, conhecemos seus programas e projetos, sua visão institucional sobre educação, dentre outras. O que vamos descrever em seguida.

Os programas da Fundação estão inseridos em 3 linhas de atuação - **formação, avaliação e recursos** - onde se inserem cada projeto que a instituição possui. Para este trabalho apresentaremos principalmente o “Prêmio Itaú Unicef”, pois é o que mais tem projetos dentro de instituições de ensino, considerando quais foram as instituições participantes no município do Rio de Janeiro, pelo programa desenvolvido em 2017.

De início necessitamos buscar definir o que é Fundação, já que no site tal conceito não é encontrado. Segundo Algebaile (2005, p.196):

“Pela legislação em vigor, as ONGs podem-se constituir de duas formas: como associações ou como fundações, de acordo com o art. 53 do código civil, ‘constituem-se as associações pela reunião de pessoas que se organizem para fins não-econômicos’ (...) Já as fundações, que em geral podem ser definidas como um conjunto de bens destinados à consecução de fins sociais determinados, são, na verdade ‘patrimônio destinado a servir sem intuito de lucro, a uma causa determinada de interesse público que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor”.

Para o Governo Federal (BRASIL, 2014) o significado de Organizações da Sociedade Civil é:

“entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva”.

A Fundação Itaú Social foi escolhida para objeto de estudo, dentre tantas outras fundações de mesmo tipo³, desta pesquisa, pois “desenvolve projetos educacionais em prol de uma educação pública de qualidade” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2017). As três premissas da instituição são oferecer “Formação para quem quer aprender; Avaliação para quem quer aprimorar; Recursos para quem quer realizar” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2017). Mais abaixo vamos detalhá-las.

Uma das formas de atuação da Fundação Itaú Social no campo educacional é a realização de um prêmio em conjunto com Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef). O Prêmio Itaú-Unicef tem como objetivo bonificar com capital privado escolas da rede pública de ensino e organizações da sociedade civil (OSC) que se destaquem em uma competição entre projetos de ensino considerados exitosos - de melhoria da qualidade da educação.

Outra forma de atuação da Fundação Itaú Social é através de projetos educacionais que constam em sua plataforma online⁴, para formação, avaliação e recursos, que apresentaremos a seguir. Citaremos, no tópico seguinte, alguns desses projetos educacionais, e seus objetivos.

Seus projetos educacionais incluem a educação integral (EIn)

“Educação integral é um modo de conceber e organizar as atividades dessa educação que contrasta com experiências mais tradicionais de educação escolar, no entanto sem negá-las e sem desprezá-las, pois, em muitos aspectos, trata-se de avançar a democratização da escola e seus objetivos há muito tempo almejados e ainda não alcançados.” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2017, s.p.)

Reconhece a EIn como importante em um contexto em que as políticas públicas a potencializam no Brasil. Segundo Urbini (2015, p.28):

“Em tal cenário, as propostas de EIn apresentadas pela Fundação Itaú Social e Instituto Itaú Unibanco surgiram como aparente solução para os problemas de diversas frentes, como: a do trabalhador que busca alguma

³ “A potência econômica dos grupos que se vinculam às fundações é, em geral, bem conhecida: Fundação Lemann é vinculada ao empresário Jorge Paulo Lemann, fundador da GP Investimentos e um dos sócios da 3G Capital, proprietária de ABInbev, maior empresa de cerveja do mundo, de Kraft Heinz, Lojas Americanas, entre outros negócios; Fundação Roberto Marinho, do Grupo Globo, é o maior grupo de mídia do Brasil e da América Latina; Instituto Unibanco é presidido por Pedro Moreira Salles, um dos irmãos da família que detém o comando do Itaú Unibanco, fusão bancária anunciada como constituição do “maior conglomerado financeiro do hemisfério sul”; Instituto Natura, cujo financiamento majoritário devém do Grupo Natura e que recentemente adquiriu empresa da L’Oreal, líder global de cosméticos; Instituto Inspirare, “mantido integralmente com recursos da família Gradin”, detém 20% de Odebretch, monopólio bem conhecido de noticiários econômicos, políticos e policiais. A partir de 2016, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal é outra fundação empresarial que figura como apoiadora institucional do MPB; de seu “comitê de investimentos” fazem parte familiares da União Vidigal de Participações Ltda. e UV Gestora de Ativos Ltda. (NEVES, PICCININI, 2017, p.8)

⁴ Link para acesso aos programas <https://www.itausocial.org.br/programas/>

instituição para colocar o jovem sob sua responsabilidade; a do jovem visto na sua dimensão de futuro trabalhador; a do trabalhador da educação, que encontraria condições melhores de trabalho sob os programas do grupo; a do Estado em crise para financiar e gerir melhorias em educação; e, por fim, a frente das entidades em busca de espalhar seus valores e técnicas em esfera nacional e em grandes proporções, utilizando-se da estrutura estatal.”

MAPEANDO E APRESENTANDO OS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO

Os programas da Fundação são separados em três linhas de atuação, diretamente relacionadas às suas premissas de ação: Formação, Avaliação e Recursos. Tais premissas se repetem nas linhas de atuação da instituição, mas não são sintetizadas nos documentos do site! Ou seja, toda a estrutura que deveria organizar os projetos carece de formulações consistentes de sua organização e de sua fundamentação. Em contrapartida, são apresentados os projetos.

Articulados a linha “Formação”, existem 7 projetos. O primeiro, intitulado “Agenda da Juventude” tem como objetivo a atuação com jovens que moram em periferias do Brasil “aprofundando questões latentes no campo, que dialogam com o campo da identidade e pertencimento, demandas por oportunidades educacionais, de geração de renda e de participação política e cidadã” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2018, s.p.). Este objetivo se dá por meio de 3 pilares: “promoção de agendas prioritárias para jovens; fomento de ações em favor dessa faixa etária e formulação de intervenções inovadoras que contribuam para o aprimoramento de metodologias de trabalho com a juventude” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2018). O segundo programa da linha Formação é o “Ambiente de Formação”. Este programa busca construir espaços de aprendizagem que se baseiam em cinco concepções: ambientes reais e virtuais; troca de experiências entre os pares; valorização de experiências prévias; privilegiar a prática e promover a diversidade, o programa propõe que os espaços disponibilizam conteúdos para a formação. O terceiro programa “Melhoria da Educação” busca oferecer a formação continuada para gestores educacionais, aborda questões de gestão pedagógica e também gestão administrativa-financeira. O quarto programa “Redes de territórios educativos” tem como objetivo a criação de laços de confiança e parceria entre organizações da sociedade civil (OSC), promovendo assessoria as OSC na elaboração e implementação de estratégias de educação integral. O quinto programa “Letras e Números” tem como proposta promover ações que enxerguem a língua portuguesa e a matemática como instrumentos de cidadania. O

programa “Escrevendo o Futuro” busca contribuir para a formação dos educadores por meio da combinação de ferramentas virtuais e ações presenciais, com ambientes de formação a distância, com plataformas online. O sétimo e último programa articulado a esta linha, é o “Leia para uma Criança”, que busca incentivar a valorização da leitura e desenvolvimento das crianças por meio do contato com livros. O programa também distribui livros infantis em espaços educativos.

A segunda linha de atuação é “Avaliação” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2018, s.p.), nesta existem 3 programas articulados, o primeiro “Ambiente de Formação” que tem o mesmo objetivo que o programa “Ambiente de Formação” articulado à linha Formação. O segundo “Avaliação e Monitoramento” tem como proposta a elaboração e realização de avaliações e monitoramentos dos programas educacionais encampados pelo Itaú Social. O terceiro programa é chamado de “Pesquisas”, que busca apoiar pesquisas que oferecem insumos para desenvolvimento dos projetos do Itaú Social, e que contribuam com o poder público e outros atores em prol da melhoria da educação.

A terceira e última linha de atuação, “Recursos” é articulada com 8 programas. O “Agenda da Juventude”, já descrito. A fundação diz que para intervir no campo das juventudes demanda pensar novas formas de produção e geração de renda, e posicionar a aprendizagem como política para entrada de jovens no mercado de trabalho. O programa “Redes de Territórios Educativos” também já descrito anteriormente, A fundação descreve a parceria entre o Estado e Sociedade civil Organizada, como alternativa para o cenário educativo no Brasil. O terceiro programa “Investimento na Sociedade Civil” disponibiliza recursos para apoio de programas internos da Fundação. O programa “Investimento Estratégico” disponibiliza recursos flexíveis a necessidade de organizações sociais. O programa “Edital Fundos da Infância e da Adolescência (FIA)” seleciona e apoia ações que contribuam para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em “Destinação do Imposto de Renda” o Itaú Social estimula que seus colaboradores doem 6% do imposto de renda para o Programa. Esse o valor então é destinado a projetos selecionados pelo edital. “Voluntariado” é o programa em que interessados em realizar ações voluntárias contam com assessoria da equipe Itaú Social. O último dos programas, e no qual a pesquisa irá se debruçar, é o Programa “Prêmio Itaú-Unicef”. Vejamos o Prêmio e seus objetivos.

O PRÊMIO ITAÚ-UNICEF

O Prêmio Itaú-Unicef criado em 1995, é uma iniciativa do Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). O Cenpec “foi criado por Maria Alice Setúbal em 1987, herdeira do conglomerado Itaú, como uma organização da sociedade civil. O Cenpec é responsável pela produção de inúmeros materiais didáticos e manuais distribuídos nas redes públicas de ensino” (SILVA, 2014, p.145). Segundo os responsáveis, a iniciativa visa identificar, estimular e dar visibilidade a projetos realizados por organizações da sociedade civil (OSC) e escolas públicas que contribuem para garantir o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2018, s.p.).

Para concorrer ao prêmio, os projetos precisam oferecer ao público infanto-juvenil ações educativas, culturais e/ou de proteção social que seja ligada a ideia de Educação Integral entendida pela Fundação. Essa concepção, segundo o regulamento do prêmio (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL-UNICEF, 2017, s.p.):

“busca o desenvolvimento das diversas dimensões do ser humano, tais como física, emocional, social, cultural e ética; articula atores, espaços e saberes para promover o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, integrando os saberes comunitários (famílias, moradores, lideranças locais, artistas) e os espaços físicos da comunidade (ruas, praças, escolas, associações, centros culturais, instituições públicas ou privadas); permite o enfrentamento das desigualdades sociais; conta com arranjos diversificados e intersetoriais: responsabilidades partilhadas e sintonia com os contextos locais; considera a complexidade do mundo contemporâneo, articula o global e o local e dialoga com os interesses e necessidades das crianças, adolescentes, jovens e sua cultura.”

“A avaliação dos projetos considera a forma como incorporam as oportunidades educativas existentes no município para potencializar suas ações, bem como o envolvimento dos participantes nos processos de planejamento, sua execução e monitoramento”. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL-UNICEF, 2017, s.p.)

A 12ª edição do Prêmio, que ocorreu em 2017, teve como tema “Educação Integral: Parcerias em Construção” e o objetivo explicitado era o incentivo das parcerias entre OSC e escolas públicas. Somado a esse, outro objetivo era aprimorar competências⁵ desses atores (OSC e escolas) para analisar práticas socioeducativas, além de ampliar seu repertório e criar redes para fortalecer a atuação no território, visando ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Ao todo,

⁵ Os documentos consultados não explicitam o que são competências.

foram mais de **1.600** projetos inscritos de todo país. Desses, foram selecionados 96 como finalistas e 14 como finalistas regionais, que receberam formações (ganharam a participação em cursos de capacitação de professores) e prêmios em dinheiro (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL-UNICEF, 2017). O prêmio, no ano de 2018, ganhou uma nova categoria, dedicada a ações realizadas exclusivamente por OSC, “projeto realizado pela OSC: Nesta categoria foram inscritos os projetos concebidos, planejados e executados pela OSC e que sejam oferecidos diretamente para crianças, adolescentes e jovens.” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2018, s.p.).

As instituições participante do Prêmio

Em pesquisa feita no site da Fundação Itaú Social, no dia 11 de dezembro de 2017, constavam em seus bancos de dados que no Município do Rio de Janeiro existiam 89 instituições relacionadas ao prêmio Itaú-Unicef. São elas:

Instituições parceiras do Itaú Social para o Prêmio Itaú-Unicef

1. Igreja Do Evangelho Quadrangular em Com.Levy Gasparian -Rj
2. Cabeça Corpo Coração
3. Obra Social Santa Cabrini
4. Centro Social para Trabalhos Comunitários - Censotraco
5. Associação Casa Arte Vida Assistência Social
6. Emma D'Ávila de Camillis
7. Centro de Integração Social Isabel Maria de Nova Sepetiba
8. Projeto Uerê
- 9. Ciep Ismael Nery**
10. Centro de Estudos Alternativos
11. União de Mulheres Pro Melhoramento da Roupa Suja
12. Instituto da Criança
13. Comunidade Evangélica Pentecostal Ministério Rhema
14. A Minha Casa
15. Núcleo Especial de Atenção à Criança- Neac
- 16. Ciep Anita Malfatti**
17. Centro de Convivência Infantil
18. Núcleo Sociocultural Semente do Amanhã
19. Instituto Ivo Corrêa Duarte
20. Instituto Raízes em Movimento
21. Associação de Moradores Amigos do Jardins Do Éden
22. Centro Brasileiro de Atenção à Criança e Adolescente
23. Centro Espírita Léon Denis - Obra Social Antonio Aquino- Rosa
24. Instituto Bem
25. Iqsl Instituto Quezia dos Santos Leopoldo Escola Brasileira de Futebol e Arte
26. Instituição Edwirges
27. Unir- União Para Integração e Realização
28. Cruzada Espírita Paulo de Tarso
29. Associação de Conscientização dos Direitos e Deveres das Comunidades do Estado do Rio de Janeiro - Acondec
30. Grupo Portal Capoeira
31. Casa de Cultura Santa Clara
32. Associação Beneficente Projeto Elikya- Asbepe
33. Instituto Cultural no Palco da Vida
34. Centro Cultural de Ensino Musical
35. Projeto Criança Feliz
36. Igreja Ministerio Pentecostal Fonte do que Clama
37. Obra Social Murialdo
38. Ong Educari
39. Associação Raio de Sol Atividades Sociais, Educacionais , Esportivas e Ambientais
40. Associação Semente da Vida da Cidade de Deus
41. Associação de Moradores Amigos do Jardim Anil
42. Centro Social de Apoio Educativo Servita São José
43. Associação Centro Social Quintanilha
44. Apas- Associação Presbiteriana de Assistência Social
45. Associação Civil Capoeira Cidadã
46. Assistência e Promoção Social Exército da Salvação
47. Abies- Associação Brasileira de Integração Social Semeando
- 48. Ciep Helio Smidt**
49. Instituto de Educação e Pesquisa Social João Calvino
50. Núcleo- Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre a Pedagogia Freinet e Psicomotricidade
51. Espaço Crescer - Instituto de Saúde Educação E Cultura
52. Centro de Integração Social Santo Agostinho - Cissa
53. Centro Comunitário Lídia dos Santos- Ceaca Vil
54. G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro
55. Aldeia da Criança Alegre Kinderdorf Rio
56. Associação Luz dos Povos
57. HPE Worldwide Brasil Rio de Janeiro

58. Instituto Crescer
59. Instituto de Arte Tear
60. Fundação Américo de Viveiros
61. Associação Ressurgir Grupo de Apoio a Família em Risco Social
62. Casa Francisco de Assis
63. Instituto Interdisciplinar Rio Carioca
64. Programa Social Crescer e Viver
65. Associação Cultural Amigos da Providência
66. Comitê Para Democratização da Informática
67. Ballet Santa Tereza
68. Ong Projeto Dançarte
69. Associação Dançando para não Dançar
- 70. Escola Municipal Tiradentes**
71. Cecip - Centro de Criação de Imagem Popular
72. Associação Partners do Brasil- Centro de Colaboração Democrática
73. Associação de Amigos e ou Profissionais da Educação Infantil Creche Viva
74. Associação Projeto Roda Viva
75. Centro de Estudos Psicopedagógicos Pró-Saber
76. Associação e Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Spanta Neném
77. Novamerica
78. Instituto Rogerio Steinberg
79. Ação Social Pela Música
80. Obra Social da Paróquia Santa Cruz de Copacabana
81. Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
82. Núcleo Sócio Cultural Semente do Amanhã
83. Núcleo Sociocultural Caixa de Surpresa
84. Instituto de Ação Social
85. Espaço Logos de Cidadania Conscientes
86. Fundação Sagrada Família
87. Fundação São Joaquim de Assistência Social
88. Nuclerio - I Nucleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Pedagogia Freinet e Psicomotricidade
89. Associação Saúde Criança Matriz.

Analisando as instituições através do levantamento, é perceptível o perfil altamente variado, os parceiros incluem igrejas de diversas matrizes, escolas públicas, obras e associações de assistência, núcleos de recreação e esporte, artes e cultura popular, dentre outros. Fica claro que o prêmio não focaliza apenas parcerias com a educação formal, escolarizada, principalmente pelo quantitativo de escolas que a análise transparece, sendo que das 89 instituições participantes do município do RJ, apenas 4 são escolas.

O QUE PENSA A FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL: ‘TENDÊNCIA PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL’ E ‘EDUCAÇÃO INTEGRAL, EXPERIÊNCIAS QUE TRANSFORMAM’

Dos 4 documentos que sintetizam o pensamento da Fundação Itaú Social sobre educação integral, destacamos nesta investigação os dois primeiros, respectivamente formulados em 2011 e 2012, documentos que nos ajudam a compreender as primeiras formulações sobre o tema e que pensamos orientar os rumos das ações educativas da Fundação.

O primeiro documento é uma iniciativa da Fundação Itaú Social e da UNICEF, com a coordenação técnica da CENPEC. Publicado em 2011, foi o resultado de dois anos de pesquisa, intitulada “Perspectivas da Educação Integral” e que foi realizada com 16 ‘iniciativas’ (escolas, secretarias municipais e estaduais, equipes gestoras de OS). Dentre as escolas e secretarias municipais/estaduais de educação participantes constavam: Apucarana (PR); Belo Horizonte (MG); Palmas (TO); Sorocaba (SP); Cuiabá (MT) e Nova Iguaçu (RJ); entre as OS pesquisadas estavam: Grãos de Luz e Griô (BA); Serviço de Tecnologia Alternativa (PE); Casa da Arte de Educar (RJ); Centro de Referência Integral de Adolescentes (BA); Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (MG); Desafio Max (SP).

O documento explica suas motivações para pautar a EIn através do Prêmio Itaú Unicef, que segundo o mesmo tem o propósito “de apoiar projetos socioeducativos complementares à escola.” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2011, p.8), defendendo a ideia de que o prêmio não se pauta apenas na seleção de escolas e OS mas, em uma mobilização social, principalmente através dessas ONG e OS. As políticas desenvolvidas para a EIn estão divididas de duas formas no texto: (i) A educação em tempo integral, onde são oferecidas atividades no contraturno escolar, sob a responsabilidade da escola, nesta há pouca influência das OS; e (ii) a educação em tempo integral com jornada ampliada, na qual OS e ONG ofereceram atividades extras a escolas; de modo que o aluno após o turno escolar se dirigia a estes espaços para realizar determinadas atividades. Vale ressaltar que, este último é o modelo mais defendido, que faz uma clara apologia das parcerias público-privadas para a ‘melhoria’ da educação pública.

A partir destas definições, os autores se baseiam nas experiências contidas na pesquisa “Perspectivas da Educação Integral” para apontar a ‘importância’ das OS para a realização das políticas relacionadas a EIn. É preciso pautar ainda a forte tendência do texto a adulterar o sentido de gestão pública, entendido como a

administração do Estado a setores de interesse social, para Itaú (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2011, p.16):

“No campo da intersetorialidade as experiências de Sorocaba e Cuiabá tensionam as matrizes setoriais, caminhando na perspectiva desse modo diverso de pensar a gestão pública. [...] O papel de organizações sociais como o Serta e a Grãos de Luz revela-se exatamente nas idiossincrasias, que aproximam sociedade e Estado, escola e comunidade, o meio de arranjos educativos significativos e pertinentes à vida cotidiana e à história dos lugares no quais a escola está. [...] A educação integral não se faz sem o consórcio de vários agentes [...] Para a sociedade em que nos toca viver, uma política de educação fechada em si mesma perdeu seu sentido transformador”

Fica perceptível nesta passagem do documento, a defesa por um modelo de gestão pública educacional que seja pautado nas parcerias público-privadas. Outra perspectiva que o texto tem para a educação, se refere ao trabalho docente e ao corpo pedagógico da escola, segundo o documento (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2011, p.32): “A escola abre-se à incorporação de novos perfis profissionais que não apenas o do diretor e o do professor especialista.” Tal entendimento faz com que ocorra uma desvalorização do trabalho docente, uma vez que para atuar nas instituições não há necessidade da formação para o exercício da docência, mas a participação de “novos atores” - professor comunitário, “oficineiros”, monitores e educadores sociais.

“Com essa perspectiva potencializa-se a formação de **agentes educativos** não escolares para fortalecer o tecido associativo entre escolas, instituições e cidadãos. Criam-se **novos atores** para agir na relação como o “professor comunitário” ou o “professor articulador”. Amplia-se o fortalecimento de laços entre escolas, comunidades e instâncias da sociedade estimulando a democratização do direito à educação.[...] Além dos docentes e do **professor comunitário, “oficineiros”, monitores e educadores sociais** também **passam a integrar o grupo escola, participando cotidianamente de sua rotina de atividades**. A seleção e a contratação desses profissionais são feitas de acordo com o que as escolas têm a sua disposição. **Nem sempre são profissionais formados.**” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2011, p.36, grifo nosso):

Questionamos qual é o modelo para a melhoria da educação pública do país que não passa pela valorização do profissional docente, e que demonstra uma enorme contradição entre discurso e prática, em projetos que inclusive passam pela formação de professores. Como expressa Machado (2007, p.286): “Não existe a possibilidade de uma discussão séria sobre o significado da qualidade da educação sem uma decisão a priori sobre a valorização da função docente”. Ao defender em especial o modelo de educação integral com jornada ampliada, é notório em vários momentos essa

desvalorização docente (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2011,p.39): “na jornada ampliada os profissionais quase sempre são contratados temporariamente pelas escolas ou estão ligados a instituições e projetos parceiros”. Enquanto no modelo de tempo integral há uma preferência por professores fixos na escola e com formação específica, proporcionando uma maior valorização do que o modelo altamente defendido no texto, como aponta Algebaile (2005, p. 198): “Outra forma de precarização do trabalho nos organismos da sociedade civil é o trabalho temporário, ou seja, a contratação por serviços a ser executados”, inclusive de profissionais sem formação, sob a desculpa de se pretender valorizar as culturas locais, através da contratação de moradores das comunidades onde os projetos acontecem.

Em alguns casos, esse profissional da jornada ampliada deve passar por um curso de formação “Educador Social” oferecido pela ONG Cidade, Escola, Aprendiz, de SP.

Gramsci (1978) nos ajuda a entender essa situação ao salientar que estas estratégias são utilizadas pela classe dominante são parte dos aparatos ideológicos, ligados aos interesses desta classe com o intuito de direcionar o sistema educacional, influenciando toda a comunidade escolar pela reforma educacional, na busca por uma hegemonia política sobre a classe dominada.

Na defesa do modelo de gestão público-privado, o texto faz menção a leis que corroboraram para a descentralização do poder público na gestão da educação, (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2011,p.67):

“A intersetorialidade, assim como o princípio de compartilhar ações com organizações da sociedade civil (parcerias público-privadas) são uma consequência das demandas colocadas ao Estado na gestão da ação pública [...] A velha estrutura da administração pública com inúmeras secretarias ou departamentos setoriais tornou-se pesada e um complicador a mais, para a implementação de decisões e ações mais eficazes que exigem uma abordagem transetorial.”

Fica claro a pretensão de que o Estado não seja mais o único a gerir a o sistema educacional público do país, o que corrobora para a hipótese de que mais uma vez a fundação esteja tentando tomar os rumos da gestão educacional pública. Como salienta Krawczyk (2005, p.803, grifos nossos): “O argumento de que os Estados nacionais têm demonstrado pouca capacidade de investimento justifica a desvalorização da arrecadação em forma de impostos, **a privatização e a imposição de uma nova lógica de regulação social.**” O documento da Fundação termina deixando claro o seu posicionamento sobre a gestão pública do sistema educacional no

Brasil, tendendo a uma gestão que não seja exclusivamente do Estado, mas através das parcerias público-privadas: “Tudo isso aponta para uma forte tendência em articular e gerir as ações dos programas de educação integral, conjugando interinstitucionalidade, intersetorialidade e interdisciplinaridade e **fortalecendo uma gestão em rede** (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2011, p. 94, grifo nosso).

O segundo documento analisado nesta pesquisa - Educação Integral: experiências que transformam, subsídios para reflexão - foi uma iniciativa desenvolvida ao longo do ano de 2012, no âmbito do Prêmio Itaú-Unicef, também em parceria com o CENPEC, é publicado em 2013. O trabalho desenvolvido pela Fundação Itaú-Unicef em 2012, teve como objetivo formar os educadores sociais das ONGs que participaram da 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef. Foram organizadas, segundo o documento, 34 turmas ao longo do ano, atendendo aproximadamente 1.650 participantes. Em agosto de 2012, foi realizado em São Paulo um Seminário Nacional, com o tema: “Educação Integral: Experiências que transformam”. Neste seminário, estiveram presentes cerca de 600 participantes de diferentes regiões do Brasil. Além disso, nos meses de outubro e novembro foram realizados cinco Encontros Regionais de Educadores nas cidades de Belém (PA), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS). Cada um dos Encontros discutiu um importante tema para o contexto da 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef: Educação Integral: experiências que transformam. Segundo a própria apresentação do documento, teve o intuito de potencializar a construção coletiva de soluções mais criativas e eficazes, na perspectiva de combater as desigualdades sociais e favorecer o pleno desenvolvimento humano em nosso país. O documento perpassa pela ideia de que as experiências que os jovens de hoje passam estão em contradição com o modelo de escola vigente. Pois, não basta um investimento para a melhoria da escola, seria importante uma transformação radical para que a escola seja condizente com a experiência dos jovens de hoje.

No Seminário Nacional Educação Integral: Experiências que transformam, é defendido que a educação integral, uma das mais importantes políticas públicas dos últimos anos, reitera a importância do aluno passar mais tempo na escola. Somado a isso, o documento defende uma perspectiva de educação integral que pensa a criança, o adolescente, na sua totalidade e na sua integridade - nos aspectos físicos, cognitivos,

afetivos, emocionais. Nesse sentido, um dos desafios mais importantes seria como tornar essa educação integral uma ferramenta primordial na superação das desigualdades sociais presente no Brasil. É importante destacar que aqui caberia discutir quais agentes poderiam atuar no enfrentamento de tais desigualdades. Entretanto, o documento não se preocupou em discorrer sobre o assunto nesse momento.

Posteriormente, no documento, Valéria Veiga Riccomini, Diretora da Fundação Itaú Social, defende que o poder público mobiliza projetos para a educação no país, mas acrescenta que ele vem acompanhado de outros agentes. No decorrer do documento, fica claro que essas atividades inovadoras são menos desenvolvidas pelo poder público: “Elas nos mostram que o poder público, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada têm se mobilizado em diversos projetos e apontando possibilidades inovadoras para a educação das novas gerações.” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2013, p.19).

O maior desafio sobre a educação e proteção social hoje, segundo Rui Rodrigues Aguiar, um dos autores do documento, é como garantir, democraticamente, o acesso aos mesmos serviços, mas possibilitando a atenção individualizada, com o fortalecimento das instituições, das ONG, escolas e famílias dentro de uma ação intersectorial. A esse contexto, Ana Lúcia Braga, outra autora, acrescenta que “seria muito bom se pudessemos estar todos do mesmo lado, se realmente mudássemos a arquitetura da escola, se ela abrisse suas portas e se a Ong fosse escola e a escola fosse Ong. Esse é o caminho”(FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2013, p.67). Nelson Pretto, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), também comenta sobre essas transformações no debate sobre Educação e Novos Saberes: “É importante tudo que estamos fazendo, nós da Universidade, as Ongs, mas é preciso mais. É preciso que isso se configure em política pública, que construa estratégias de real transformação dessa realidade.”(FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2013, p.80).

Durante os meses de outubro e novembro de 2012, cinco Encontros Regionais de Educadores, que subsidiaram a formulação do documento, foram realizados no intuito de discutir o contexto da 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef: Educação Integral: experiências que transformam. O tema central no encontro em Porto Alegre, discutido pela Rosamélia Ferreira Guimarães, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, foi o de

Educação e Proteção Social: trabalho social com famílias. Ela acrescenta que para que uma Educação Integral seja efetiva, é preciso estudar a família dos alunos. Para a autora:

“Então, é importante estudar a família para que possamos entender e tentar atender essa família. Os filhos estão abandonados, mas a família também está abandonada. Todos nós, de todas as políticas sociais, educação, saúde, assistência, temos de pensar em como vamos trabalhar com as famílias pobres”. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2013, p.122)

E ela conclui: “Por isso, acho que o tempo integral pode ajudar muito. Mas a questão que se levanta é: será que a escola não vai ficar muito mais tempo com nossos filhos do que nós mesmos? (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2013, p.122).

A garantia de direitos da infância e da adolescência: uma realidade possível, foi o tema do encontro regional de Belém. Eliane Almeida, Assistente social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), reiterou a importância das ONG em ser parceira do Estado no contexto de garantia de direitos. Assim como no documento Tendências para a Educação Integral, Educação Integral: Experiências que Transformam Subsídios para a Reflexão também faz menção a intersectorialidade das políticas públicas. Segundo a Fundação Itaú Social e o CENPEC (2013, p. 136):

“A questão da intersectorialidade das políticas públicas tem uma importância estratégica para assegurar a universalização e a indivisibilidade dos direitos. A garantia do direito de aprender é construída com uma forte participação de programas e políticas de outras áreas, além da educação. Nos últimos anos, a tendência dos programas e das políticas públicas no Brasil é integrar vários órgãos, via entidades governamentais e não governamentais.”

Eliane ainda analisa no encontro que as ações não governamentais ajudam a pensar o aluno como um ser integral:

“A Educação Integral pode acontecer em um período na escola e, no outro, ser completada por ações das organizações não governamentais. A Educação Integral pode acontecer no espaço da escola, sem sombra de dúvida. Mas deve-se pensar que esse ser é um ser integral, que tem anseios culturais que devem ser atendidos e habilidades que precisam ser estimuladas para o seu pleno desenvolvimento.” (IDEM, p.137)

Nelson Pretto, mestre em Educação e doutor em Ciências ministra o encontro regional de Belo Horizonte que apresenta o tema Educação e Novos Saberes. Nesse encontro, Nelson chama atenção que o diálogo precisa ser permanente entre a escola do turno que seria, segundo ele, uma “escola fábrica fordista”, uma escola dos conteúdos e saberes partidos com a escola do contraturno, uma escola da alegria, onde a criação, a arte e a cultura estariam presentes. Além disso, ele destaca que a educação, apesar de não ser salvadora da humanidade, contribui com algumas transformações

necessárias. Ele conclui nesse contexto que: “não estou satisfeito com esta sociedade, tenho certeza de que não serei eu sozinho que vou modificar isto, mas acho que posso ir fazendo algumas transformações”. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2013, p.122).

Por fim, ainda houve o encontro regional em Fortaleza com o tema Esporte Educacional: jogar para aprender ou aprender para jogar?, e um encontro regional em São Paulo para discutir a temática Educação Integral: uma proposta para o nosso tempo. Em Fortaleza, Fábio D’Angelo, Mestre em Educação Física pela Unicamp, expõe a importância do esporte para a Educação Integral, como um instrumento de alfabetização corporal e que fortalece a autonomia. Já em São Paulo, Lino de Macedo, doutor e livre-docente em Psicologia pela USP, discorre sobre a importância de trabalhar a ideia de Educação Integral na perspectiva da psicologia do desenvolvimento. Somado a isso, também confere as Ongs a responsabilidade de trabalhar as diversas dimensões da educação. Para Itaú Social e o CENPEC, 2013, p. 174:

“Ainda não sabemos como integrar todas as crianças na diversidade dos seus interesses, das suas possibilidades, das suas dificuldades. Mas vamos chegar lá, graças às Ongs e às pessoas que pensam o espaço da cultura e outras dimensões da educação.”

Lino fecha o encontro regional respondendo sobre as dificuldades dos professores em trabalhar a integralidade com os alunos no período da aula. Segundo ele:

“A estrutura disciplinar dificulta algo que, para ser integral, precisa ser interdisciplinar e multidisciplinar. Existem escolas que estão conseguindo isso, e essas experiências têm o valor da transformação. Existem gestores que conseguem juntar os professores nas suas diferentes disciplinas, em favor de um projeto comum. Essa é a saída, porque senão o professor vai continuar atuando em sala de aula, em uma estrutura inadequada para o raciocínio integral”. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC, 2013, p.180)

Nesse sentido, o documento finaliza com uma breve reflexão e com perguntas que ilustram os novos caminhos da Fundação Itaú-Unicef. A articulação entre ONG e escola pública é vista como fundamental na busca em assegurar o desenvolvimento integral de crianças e de adolescentes em condições de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos 2 documentos, e também pela análise de dados nos sites da Fundação e do Prêmio Itaú Unicef, foi possível notar que há uma

reconceitualização do caráter público da educação para a instituição, principalmente ao defender um modelo de gestão da educação pública em “rede”, onde o Estado perde espaço para a iniciativa privada na gestão das escolas públicas e no desenvolvimento de projetos educacionais. É marcante também uma desvalorização do profissional docente, que é substituído por profissionais precarizados, destituídos de formação e sujeitos a perda de direitos trabalhistas, inclusive pela efemeridade das relações construídas no trabalho. Ao ser criado o posto de “educador” ou “oficineiro” que pode ser contratado sem que haja uma formação enquanto professor, além desta contratação ser temporária ao invés da contratação efetiva de professores especialistas, este tipo de contratação defendida nos documentos corroboram para a desvalorização do trabalhador; o mesmo que segundo a Fundação precisa ser valorizado e que precisa melhorar a qualidade de seu trabalho nas escolas.

Há ainda uma falta de coerência entre os documentos analisados e os dados obtidos através do Prêmio Itaú-Unicef, em especial no ano de 2017. Ao analisarmos os documentos, encontramos a defesa da educação integral em parceria com a escola pública, deixando claro que estas parcerias objetivam a melhoria da qualidade da educação pública do país. Entretanto, ao analisarmos os dados obtidos pelo Prêmio Itaú-Unicef no município do Rio de Janeiro notamos que, dentre as 89 instituições que foram selecionadas a participar do prêmio, apenas 4 delas são escolas públicas. Questionamos então qual a melhoria que o prêmio poderá fazer para a educação pública, se dentro de tantas instituições, a maior parte delas são OS, poucas com efetivo compromisso com ações educativas continuadas e especializadas, ou de caráter público. Não esgotamos nossas interrogações sobre qual é o real interesse da Fundação e seus implementadores do capital financeiro; se ajudar na melhoria da educação pública, ou apenas, alavancar instituições da sociedade civil com subsídio financeiro público, dizendo-se assim lutar pela melhoria da educação pública, mas difundindo sua ideologia, a ideologia da classe dominante entre os trabalhadores.

Com base nos resultados obtidos, o presente estudo procurou contribuir no campo das políticas públicas educacionais, buscando entender como a instituição Fundação Itaú Social pode influenciar o sistema educacional público do país ao construir suas redes de influência. Compreendendo que, as mudanças causadas pelo neoliberalismo fizeram com que a educação pública se tornasse um campo de alternativa para expansão do capital, atraindo assim diversas empresas, e sendo ainda

mais explorado do ponto de vista econômico e ideológico, por meio da abertura jurídica através das leis que visam um modelo de gestão onde o Estado não é mais o único detentor da administração pública e transfere assim serviços e responsabilidades para associações privadas.

A respeito das intenções da instituição, o estudo mostra que há de sua parte uma clara defesa pelas PPP, visando um novo modelo educacional, com o pretexto que Estado não demonstra mais ter a capacidade de atender aos interesses públicos para uma educação de qualidade e, principalmente, que ao defender uma educação pública de qualidade, a instituição está defendendo o modelo de privatização da escola pública como aponta Dourado e Bueno (2001, p.2):

“Esse caráter privatista é resultante, dentre outras coisas, do alargamento das funções do ethos privado ainda que subvencionadas pelo poder público. Tal quadro produz uma situação perversa da ação estatal na medida em que esta não estabelece as fronteiras e diferenças entre os interesses coletivos e os interesses particulares, facultando a emergência da privatização do público e, conseqüentemente, a interpenetração entre as esferas público e privado”.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO T. M. F.; et al. **Uma Modalidade Peculiar de Privatização da Educação Pública: A Aquisição de “Sistemas de Ensino” por Municípios Paulistas.** vol. 30, n. 108, p. 799-818, Campinas: Educ. Soc., out. 2009.

ADRIÃO T. M. F.; et al. **A Adoção de Sistemas Privados de Ensino Em Escolas Públicas de Educação Infantil: Reflexões a Partir do Perfil dos Professores.** n.11 v.02 ago. São Paulo: Revista e-Curriculum, 2013.

ADRIÃO T. M. F.; GARCIA, T. **Subsídio Público ao Setor Privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil.** v. 7, p. 110-122, Porto Alegre: Políticas Educativas, 2014.

ALGEBAILLE, M.E.B. **Mecanismos regulatórios como elementos constitutivos da nova pedagogia da hegemonia.** In: NEVES, L.M.W. nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?** Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências, *Universidade Estadual Paulista, Rio Claro*. 2008.

BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H. **Arranjos Institucionais entre o público e o privado para a oferta da educação infantil: um estudo em municípios paulistas.** In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., Campinas: Junqueira & Marin Editores, 2011.

BRASIL, Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998., **Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais.** Brasília, DF, maio, 1998.

BRASIL, Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.** Brasília, DF, março de 1999.

BRASIL, Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.** Brasília, DF, dezembro, 2004.

BRASIL, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. **Institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.** Brasília, DF, dezembro, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília , DF, 2016.

CESAR, M. J. **“Empresa-cidadã”: uma estratégia de hegemonia.** São Paulo: Cortez, 2008.

HILL, D. **O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação.** v.3, n.2, pp.24-59, Currículo sem Fronteiras, 2003.

DOURADO, L. F.; BUENO, M. S. S. **O público e o privado na educação.** In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Org.). Políticas e gestão na educação (1991-1997).p. 53-62, Brasília, DF: *Associação Nacional de Política e Administração da Educação*, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Obras Escolhidas.** São Paulo: *Martins Fonte*, 1978.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC. **Tendências para a educação integral.** São Paulo: *Ipsis Gráfica e Editora*, 2011.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC. **Educação integral : experiências que transformam : subsídios para reflexão.** São Paulo: Unicef: CENPEC, 2013.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Prêmio Itaú-Unicef.** Disponível: <<https://educacaoeparticipacao.org.br/premio-itaunicef-instituicoes-sudeste/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, CENPEC. **Redes de Territórios Educativos.** Disponível: <<https://itausocial.org.br/programas/redes-de-territorios-educativos>>. Acesso em: 13 dez 2017.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Programas.** Disponível: <<https://www.itausocial.org.br/programas/>> Acesso em 10 jun. 2018

KRAWCZYK, Nora Rut. **Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?** vol. 26, n.92, p.799-819,Campinas: Educ. Soc., 2005.

MACHADO, J. N.**Qualidade da educação: cinco lembretes e uma lembrança.** São Paulo: *Estudos Avançados*, n. 21 (61), 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação integral : texto referência para o debate nacional.** - Brasília : Mec, Secad, 2009.

NEVES, R.M.C das; PICCININI, C.L. **Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do Estado.** vol.10, n.1, pp. 184-206. Bahia, In: *Revista Germinal*. 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26008/16028>>. Acesso em: 08 set. 2018.

PERONI, V. M. V. A. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado.**v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, *Campinas: Pro-Posições*, 2012 Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a03v23n2>

PERONI, V. M. V. A. **As Relações Entre o Público e o Privado nas Políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via.** v. 13, n. 2, p. 234-255, *Currículo sem Fronteiras*, 2013.

SILVA. S.P. **Organizações não-governamentais: Novas estratégias de poder e hegemonia para o setor educacional.** III Semana de Integração, XII Semana de Letras e XIV Semana de Pedagogia – “Educação e Linguagem: novos olhares, novas possibilidades de ensino”, *UEG – Câmpus Inhumas*, 2014.

URBINI, Lia Fuhrmann. **Educação integral e capital financeiro: A participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas de educação entre 2002 e 2014.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. *Universidade Federal de Santa Catarina*, 2015.